



MUNICÍPIO DE BRAGA

VEREAÇÃO DOS PELOUROS
DA REGENERAÇÃO URBANA, PATRIMÓNIO, LIGAÇÃO À UNIVERSIDADE, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DMUOP / DMPOT / DPRRU

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA



REVISÃO PDM

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

DECLARAÇÃO AMBIENTAL

SETEMBRO 2015



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

ÍNDICE

Siglas e acrónimos.....	3
1 Nota introdutória	4
2 Desenvolvimento	4
i A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no plano.....	4
ii Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º	11
iii Resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8º	11
iv Razões que fundaram a aprovação da revisão do PDM à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração	12
v Medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11º	28
3 Anexos – pareceres	40



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AFN	Autoridade Florestal Nacional
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CMB	Câmara Municipal de Braga
DA	Declaração Ambiental
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EEU	Estrutura Ecológica Urbana
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
GEE	Gases com Efeito de Estufa
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMB	Plano Diretor Municipal de Braga
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PME	Plano Municipal de Emergência
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats
TI	Transporte Individual
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

1| NOTA INTRODUTÓRIA

A 1ª revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) foi aprovada pela Assembleia Municipal de Braga em 21 de Julho de 2000 e publicada na Resolução do Concelho e Ministros nº 9/2001, de 30 de Janeiro.

O Decreto-Lei n.º 316/2007 determina o regime de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) aos Instrumentos de Gestão Territorial, integrando uma análise sistemática dos efeitos ambientais dos planos territoriais nos procedimentos de elaboração, revisão e alteração.

O presente documento constitui a Declaração Ambiental (DA) do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB).

A Declaração Ambiental (DA) destina-se a informar o público e as autoridades competentes sobre o modo como as considerações ambientais foram retratadas na proposta do plano, bem como as medidas de controlo previstas.

A DA foi elaborada com base no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), refletindo o conteúdo constante das subalíneas i), ii), iii), iv) e v) da alínea b) do número 1, onde constam os elementos que devem ser incluídos na Declaração Ambiental.

2| DESENVOLVIMENTO

i| A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PLANO

A AAE, constituindo um instrumento de suporte para um planeamento sustentável, foi um processo essencial na revisão do PDMB, possibilitando incorporar fatores ambientais, otimizar estratégias de ação e ponderar cenários mais adequados ao concelho de Braga.

A AAE do PDM de Braga foi elaborada em simultâneo com a proposta do plano, o que permitiu que em cada opção estratégica delineada no processo de revisão fossem considerados os objetivos da AAE e, por outro lado, os objetivos definidos para o PDM estivessem sempre presentes no processo de AAE.

O processo de revisão do PDM foi desenvolvido com base em quatro domínios estratégicos, que preveem a materialização de objetivos específicos:

1. “Braga, um município onde queremos viver”
 - Promover a Imagem da Cidade;
 - Reordenar o território (sem acréscimo da área total de Solo Urbano);
 - Garantir a adequada programação da Ocupação Urbana;

- Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal;
 - Conter a Dispersão;
 - Reforçar a Identidade dos Núcleos Urbanos Periféricos;
 - Proteger e valorizar o Sistema de Vistas;
 - Promover uma Mobilidade Sustentável;
 - Consolidar a Rede de Equipamentos.
2. “Braga, um concelho que queremos visitar”
- Fomentar o Investimento Turístico nas diversas vertentes;
 - Renovar metas de crescimento turístico visando o turismo global;
 - Fomentar o turismo como fator de desenvolvimento económico;
 - Incorporar estratégias de preservação e valorização do património;
 - Valorizar as Unidades de Paisagem;
 - Implementar um plano de comunicação concelhio;
 - Definir um modelo de cooperação em rede com os destinos mais próximos;
 - Otimizar a mobilidade turística.
3. “Braga, um território para investir”
- Potenciar a Atração de Empresas no Concelho;
 - Dotar o Concelho de uma nova área de localização empresarial;
 - Modernizar as áreas Industriais Existentes;
 - Estimular a Relocalização de Empresas no Espaço Industrial;
 - Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M.,C.M.B., Associações Empresariais, Escolas de Formação Profissional, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Empresas T.I.C;
 - Aproximar o Tecido Empresarial do Aeroporto Sá Carneiro e Porto de Leixões.
4. “Braga, rumo à centralidade ibérica”
- Reforçar o papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Pólis XXI);
 - Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supramunicipal;
 - Reforçar o papel da Cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional;
 - Reforçar a Vertente Histórica, Cultural e Turística.

A interação entre estas opções estratégicas (QE), o Quadro de Referência Estratégico (QRE – constituído por planos, programas e outros documentos de âmbito supramunicipal, com incidência no nosso território, que estabelecem diretrizes a considerar) e os Fatores Ambientais (FA – legalmente definidos no DL 232/207 de 15 de Junho) foram selecionados os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), que constituem os temas mais pertinentes sobre os quais a AAE se debruça:



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

- **Governança** – Definiu-se este FCD para evidenciar o contributo do PDMB na conquista de uma melhor governança que, ao nível dos municípios, deverá garantir os direitos dos cidadãos e a clareza e coerência durante os processos e na tomada de decisões.
- **Ordenamento do Território** – Demonstra o contributo do PDMB para um melhor ordenamento do território, elemento importante para a identidade local. Considera-se um FCD para garantir que o PDMB seja um instrumento de gestão da interação homem/território, de planeamento das ocupações, valorização das infraestruturas existentes e preservação do solo como recurso limitado.
- **Desenvolvimento Sócio – Económico** – Pela importância da evolução dos usos e das necessidades da população, de forma a fomentar o emprego e contribuir para um aumento do PIB a nível concelhio.
- **Paisagem e Património Cultural** – Para que o PDMB seja também um instrumento de proteção, preservação e valorização da paisagem e património cultural.
- **Recursos Naturais** – Para evidenciar a influência do PDMB ao nível da biodiversidade, impactes da alteração da Reserva Ecológica Nacional, desafetações da Reserva Agrícola Nacional e fragmentação de habitats;
- **Ambiente e Lazer** – Para garantir o contributo do PDMB na adoção de hábitos de vida saudáveis e aumento da qualidade de vida dos cidadãos com repercussões na saúde.

A definição dos FCD constituiu a 1ª fase do processo e permitiu enfatizar os aspetos mais críticos do território, conduzindo a decisões mais estratégicas e assertivas.

Os FCD do PDMB foram validados pelas entidades com responsabilidade ambiental definidas na legislação.

Com base nos FCD realizaram-se os estudos técnicos necessários e selecionaram-se os critérios, objetivos e indicadores de sustentabilidade que as ações subjacentes ao plano devem atingir. Identificaram-se, ainda, pontos fracos e fortes, bem como potencialidades e ameaças com base nas tendências atuais de desenvolvimento da região.

Foi efetuada uma análise das ações estratégicas atestadas no processo de revisão, de forma a verificar se as ações delineadas cumprem os objetivos de sustentabilidade definidos no âmbito da AAE. Os indicadores de processo identificados para cada FCD permitem verificar se os objetivos de sustentabilidade estão efetivamente a ser considerados nas ações propostas. Quando tal situação não se verificava foram ponderados cenários alternativos. Realizou-se ainda uma análise de tendências com e sem implementação do plano, a qual permitiu verificar quais as alterações e impactos decorrentes da implementação da proposta de revisão do PDMB.

Constata-se que de acordo com a AAE desenvolvida, esta revisão do PDM contempla critérios de sustentabilidade ambientais mais profícuos relativamente ao PDM de 2001, destacando-se a introdução/reformulação de ações que consubstanciam os objetivos de sustentabilidade definidos para cada FCD. Seguidamente apresenta-se um resumo para cada FCD.

Governança

Este FCD apresenta os seguintes objetivos:

- Melhorar a confiança nas instituições; Informação atualizada das fases do processo
- Motivar a participação
- Clareza e responsabilidade das instituições competentes
- Tomada de decisões adequada
- Cumprimento de prazos de entrega e resposta entre instituições
- Integração de uma equipa multidisciplinar no planeamento
- Coordenação intermunicipal
- Articulação com outros planos, programas e outros instrumentos de gestão territorial inter e intra concelhios

Para alcançar objetivos supracitados realizaram-se ações como:

- Reestruturação da página da CMB, tornando-a mais intuitiva;
- Incentivo à participação pública, através de reuniões e sessões de esclarecimento, entre outras iniciativas;
- Disponibilidade para esclarecimento de dúvidas e análise de contributos de técnicos e munícipes;
- Interação com técnicos dos municípios contíguos;
- Realização de reuniões com setoriais com os técnicos da CA, no sentido de garantir um produto final mais assertivo.

Ordenamento do Território

Este FCD apresenta os seguintes objetivos:

- Promoção da imagem da Cidade
- Programação Urbana
- Estruturação Urbana
- Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos
- Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais
- Conservação de área florestal
- Conservação de área agrícola
- Contenção da dispersão
- Promoção dos modos suaves
- Promover uma melhor mobilidade e acessibilidade através da adequada resposta dos sistemas de transporte público
- Promover a intermodalidade
- Adequar o estacionamento ao novo paradigma da mobilidade
- Promover a mobilidade para todos
- Contribuição das infraestruturas rodoviárias para a coesão urbana e funcional do espaço
- Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no concelho

Para alcançar objetivos supracitados realizaram-se ações como:

- Delimitação da Estrutura Ecológica, procurando associar os sistemas naturais e culturais existentes;
- Introdução de novas categorias de solo rural na sua proposta de qualificação, especializando-o de acordo com a sua principal aptidão e promovendo simultaneamente a sua preservação;
- Reclassificação de algumas áreas em solo rural, dado que se constatou a sua falta de aptidão para construção;
- Inclusão de medidas que contemplam uma expansão urbana ponderada tendo em conta o controlo da impermeabilização do solo e a criação de espaços verdes;
- Delimitação de UOPG's, que correspondem a unidades territoriais que, pelo uso e ocupação que apresentam, devem ser alvo de uma análise mais pormenorizada;
- Revisão das cartas da RAN e da REN de forma mais criteriosa, procurando-se que o desenvolvimento do solo rural assente em políticas de desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais;
- Divisão do espaço florestal em três subcategorias, visando a sua conservação e dinamização;
- Criação de uma rede ciclável, além de medidas da otimização dos espaços de circulação para o peão. A promoção dos sistemas de transporte público também é de elevada relevância.

Desenvolvimento Socioeconómico

Este FCD apresenta os seguintes objetivos:

- Crescimento Populacional
- Fomentar o desenvolvimento dos sectores
- Reforço do potencial económico do concelho e diversificação da oferta de emprego
- Modernização e requalificação das áreas industriais existentes
- Criação de uma área logística
- Criação de áreas de acolhimento empresarial
- Promoção do cluster da construção civil
- Promoção do cluster das empresas TIC
- Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas
- Aumento do PIB por sectores
- Potenciar o turismo na cidade e no meio rural

Para alcançar objetivos supracitados realizaram-se ações como:

- Promoção do crescimento populacional através da disponibilização de espaços urbanizáveis estrategicamente planeados nas freguesias mais periféricas, procurando criar oportunidades de habitação na freguesia de origem de muitos indivíduos;
- Reforço do potencial económico do concelho através da criação de novas áreas destinadas a atividades económicas;
- Adoção de políticas que fomentem o setor primário, numa tentativa de contrariar a sua crescente diminuição ao longo dos anos. Para tal contribuiu a delimitação mais criteriosa das áreas com aptidão agrícola, incluindo-as na RAN, o que poderá possibilitar o acesso a fundos comunitários;



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

- Adoção de estratégias para o aproveitamento económico dos recursos florestais, tanto de madeira como de outros produtos lenhosos e florestais. Assim, a proposta de ordenamento contempla três subcategorias de espaço florestal;
- Promoção do turismo na cidade e no meio rural. Nesta ótica delimitou-se na planta de ordenamento as áreas onde o uso é efetivamente turístico, bem como áreas adjacentes a locais de uso público com este potencial.

Paisagem e Património Cultural

Este FCD apresenta os seguintes objetivos:

- Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico
- Preservação da identidade paisagística
- Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais

Para alcançar objetivos supracitados realizaram-se ações como:

- Atualização, no âmbito da revisão do PDMB, do património classificado, bem como do património inventariado;
- Delimitação do solo rural de forma mais criteriosa e definição da EEM, que contribui para preservar e enaltecer os valores naturais e culturais existentes. Note-se que também a contenção da dispersão defendida no âmbito da revisão permite uma maior preservação paisagística;

Recursos Naturais

Este FCD apresenta os seguintes objetivos:

- Aumento das espécies florestais autóctones e controle das monoculturas de espécies de crescimento rápido.
- Proteção da fauna existente
- Proteção da flora existente
- Proteção dos solos evoluídos
- Evitar a fragmentação do habitat e promover a obtenção do continuum naturale
- Manutenção, conservação, valorização e proteção dos recursos hídricos.
- Minimizar os impactos das cheias e inundações
- Reduzir o risco de incêndio e a área ardida
- Revitalizar a área ardida e prevenir a erosão dos solos
- Minimizar a exposição ao risco de explosão

Para alcançar objetivos supracitados realizaram-se ações como:

- Delimitação mais criteriosa da RAN, que contribui de forma direta e essencial para a proteção dos solos evoluídos;
- Delimitação dos aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, associados à restrição de edificabilidade fora dos seus perímetros, que contribuem para a manutenção da biodiversidade;

- Delimitação mais criteriosa da REN e introdução da EEM, que promovem a proteção da fauna e flora existentes, condicionando áreas características que devem ser protegidas;
- Proteção e conservação dos recursos hídricos através da delimitação da REN, que engloba os leitos de cursos de água mais expressivos, áreas de infiltração máxima, albufeiras e respetivas faixas de proteção e cabeceiras de linhas de água. Além disso, a criação da subcategoria de espaço “*espaços verdes de proteção às linhas de água e à REN*”, comporta restrições de edificabilidade nessas áreas;
- Articulação do PDMB com o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) e com o Plano Municipal de Emergência (PME). No que concerne ao risco de incêndio alto e muito alto foi possível, com a análise destas cartas, recuar as áreas de expansão urbana contiguas a espaços florestais. As áreas inundáveis, por sua vez, permitem controlar a expansão urbana e a impermeabilização do solo, possibilitando a adoção de medidas de reconversão do solo de forma a tentar minimizar os impactos sentidos nos períodos de máxima precipitação

Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida

Este FCD apresenta os seguintes objetivos:

- Redução das Emissões de GEE
- Gestão da Área Florestal
- Eficientes rotas de recolha
- Energias Alternativas
- Satisfação da população
- Minimizar o ruído ambiente
- Eficiência da rede
- Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva
- Melhoria das condições para a prática desportiva
- Gestão de equipamentos

Para alcançar objetivos supracitados realizaram-se ações como:

- Adoção de soluções para diminuição da emissão de GEE através do aumento da área pedonal e ciclável. A melhoria dos transportes públicos, aliada a percursos pedonais e redes cicláveis representam fatores essenciais na redução dos GEE;
- Controlo e minimização do ruído ambiente, que representa um fator importante na qualidade ambiental urbana, com repercussões ao nível da qualidade de vida. No processo de revisão do plano elaborou-se o mapa do ruído, que possibilitou uma análise mais pormenorizada do território, permitindo a identificação de zonas de conflito. No plano, estas zonas foram classificadas como espaços verdes de enquadramento urbano, evitando assim a construção junto das principais fontes de ruído;
- Otimização e rentabilização das infraestruturas existentes relativamente à gestão, abastecimento, tratamento e qualidade da água;
- Reorganização da carta de equipamentos, prevendo a respetiva reabilitação quando necessário. Além disso, foi possível propor a expansão de áreas com esta vocação em solo rural;



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

- Identificação de zonas com carência de espaços de utilização coletiva bem estruturados, com potencial para lazer, procedendo-se à delimitação de áreas estratégicas integradas em UOPG onde se poderão criar espaços como jardins e praças.

ii| OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA REALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º

Nos termos do nº 1, do artigo 7º do DL 232/2007, de 15 de Junho, foram consultadas as entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE).

Neste âmbito a CCDRN e a AFN pronunciaram-se, emitindo os seguintes pareceres com sugestões de melhoria para o Relatório de FCD e para o RA:

- 2011.05.03 - AFN;
- 2011.05.04 – CCDR-N;
- 2011.10.10 – CCDR-N;
- 2013.07.03 – CCDR-N;
- 2014.10.09 – Parecer final da CA.

As observações constantes nos pareceres supra citados (que se anexa à presente Declaração, bem como as respetivas respostas da CMB), foram contempladas ou concertadas com as entidades.

Na fase de Discussão Pública do PDMB não foi recebida qualquer sugestão relativamente ao processo de AAE.

Efetuada as modificações consideradas necessárias, submeteu-se novamente o RA à consideração das entidades, obtendo-se parecer favorável.

iii| RESULTADOS DAS CONSULTAS REALIZADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 8º

O artigo 8º do DL 232/2007, de 15 de Junho, prevê a consulta dos Estado Membros da União Europeia sempre que o plano ou programa em elaboração seja suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado membro.

Tendo em consideração a dimensão e localização territorial do concelho de Braga e as opções estratégicas inerentes ao processo, considera-se que a revisão do PDMB não é suscetível de produzir efeitos significativos no ambiente de outros países da União Europeia, pelo que não se realizaram as consultas em causa.

iv| RAZÕES QUE FUNDARAM A APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PDM À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO

A necessidade de revisão do PDMB decorre do disposto na alínea a) do ponto 1 e ponto 2 do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, onde é referido que a revisão dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento do território pode decorrer da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinam a respetiva elaboração.

Assim, mais de uma década após a entrada em vigor do atual Plano Diretor Municipal (PDM), a realidade de Braga está inevitavelmente transformada. Impunha-se a revisão deste instrumento de gestão territorial, determinante para a estratégia de atuação e para o modelo de desenvolvimento e de organização espacial do Concelho, vinculativo para a administração e os particulares.

Com a publicação desta Revisão prevê-se um desenvolvimento sustentável do território. Em detrimento do PDM em vigor, esta revisão constitui a mudança do paradigma para os Planos de 2ª geração, visando essencialmente um crescimento controlado e programado da urbe, a contenção da dispersão e a classificação do solo urbano apropriado às estimativas de crescimento urbano, evitando a especulação e o desordenamento. Pretende, assim, a consolidação de um modelo urbano equilibrado assente em lógicas de respeito pelos espaços naturais e pelas características endógenas do território, de valorização do património e da consolidação e afirmação da centralidade, articulada com a definição de uma Estrutura Ecológica capaz de equilibrar a ocupação humana.

Desta forma constata-se que as propostas elaboradas neste processo de revisão são bastante mais favoráveis e sustentáveis do que as subjacentes ao PDM em vigor.

Além disso, a revisão do PDMB e a AAE foram processos elaborados simultaneamente, o que possibilitou um planeamento mais profícuo. Foi possível definir ações estratégicas que consubstanciassem os objetivos primordiais da revisão e que, simultaneamente, não fossem suscetíveis de causar impactes ambientais significativos. Assim, definiram-se estratégias de ação capazes de preconizar os domínios definidos na revisão e que, simultaneamente, fossem ambientalmente sustentáveis. Desde o início do processo algumas ações foram reformuladas para que o objetivo de sustentabilidade fosse alcançado.

Destacam-se as seguintes alterações apresentadas na versão final do plano:

- **ELIMINAÇÃO DA CIRCULAR EXTERIOR**

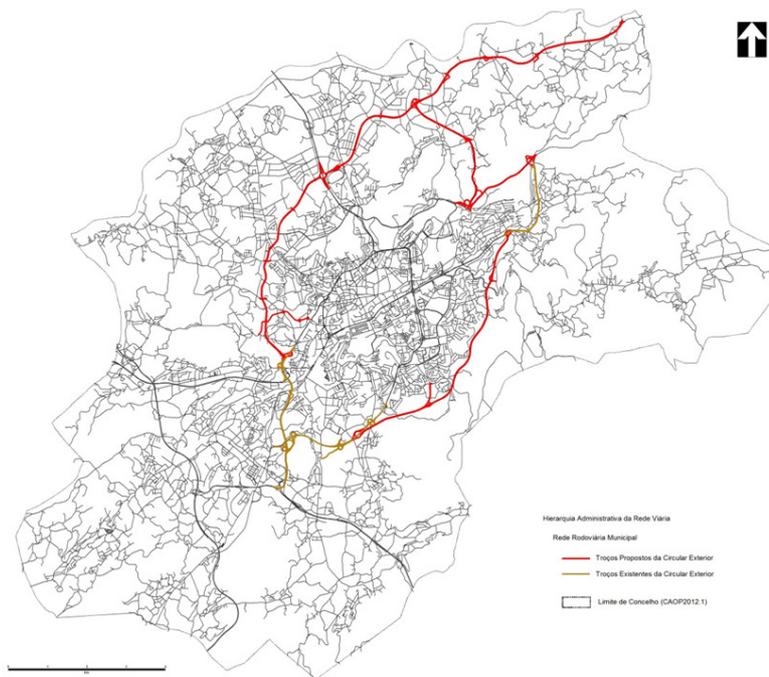


Figura 1- Circular Exterior Proposta na 4ª Reunião Plenária (julho 2013)

O concelho é dotado de uma via circular interna que promove a distribuição do trânsito urbano e a ligação à rede principal e complementar. Devido à simultaneidade de funções, coexistem dois tipos de tráfego: acesso local e de passagem. Visto que a distribuição destes dois tipos de tráfego se efetua pelos mesmos nós de ligação, verifica-se um congestionamento relevante de trânsito em determinadas horas do dia.

Na tentativa de resolver esta situação e melhorar a circulação foi inicialmente proposta a criação de uma estrutura viária externa, criando outras opções de circulação e possibilitando uma maior mobilidade do tráfego no concelho.

Na sequência da discussão pública, dado o nº avultado de sugestões e participações a solicitá-lo, eliminou-se a proposta da circular exterior (à exceção do troço constituído pela Variante do Cávado) na carta de ordenamento.

A eliminação da circular exterior veio reforçar, designadamente, os seguintes objetivos de sustentabilidade definidos no relatório ambiental:

- “Motivar a participação” (do critério participação definido para o FCD Governança), dado que reconhece uma vontade coletiva incentivando as boas práticas de cidadania;
- “Clareza e responsabilidade das instituições competentes” (critério Responsabilização definido para o FCD Governança), aumentando o grau de satisfação do atendimento público;

- “Promoção da imagem da Cidade” (do critério Solo Urbano, definido para o FCD Ordenamento do Território), na medida em a sua eliminação preserva a paisagem, ambiente e o património;
- “Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos” (do critério Solos afetos à EEU, definido para o FCD Ordenamento do Território), não interferindo com os corredores de conectividade ecológicos;
- “Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais” (do critério Solo Rural, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Promoção dos modos suaves” (do critério Mobilidade, definido para o FCD Ordenamento do Território), canalizando os futuros investimentos na mobilidade para os modos suaves em detrimento do TI;
- “Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Potenciar o turismo na cidade e no meio rural” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico), dado que a circular exterior, conforme estava prevista, poderia afetar a candidatura do Bom-Jesus a Património da Humanidade (Unesco) e conseqüentemente influenciar negativamente o turismo;
- “Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico” (do critério Património arquitetónico e arqueológico, definido para o FCD Paisagem e Património Cultural);
- “Preservação da identidade paisagística” (do critério Paisagem, definido para o FCD Paisagem e Património Cultural);
- Todos os objetivos de sustentabilidade do FCD Recursos naturais, designadamente os critérios Floresta, Fauna, Flora, Solo, Fragmentação de ecossistemas e recursos hídricos;
- “Redução das Emissões de GEE” (do critério Atmosfera, definido para o FCD - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);
- “Minimizar o ruído ambiente” (do critério Ruído, definido para o FCD - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida).



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREAÇÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

- **ELIMINAÇÃO DO TROÇO DA VARIANTE À EN 103 (ENTRE A ROTUNDA DE ACESSO AO HOSPITAL DE BRAGA E O NÓ PROPOSTO JUNTO DO CEMITÉRIO DE GUALTAR) DA CARTA DE ORDENAMENTO**

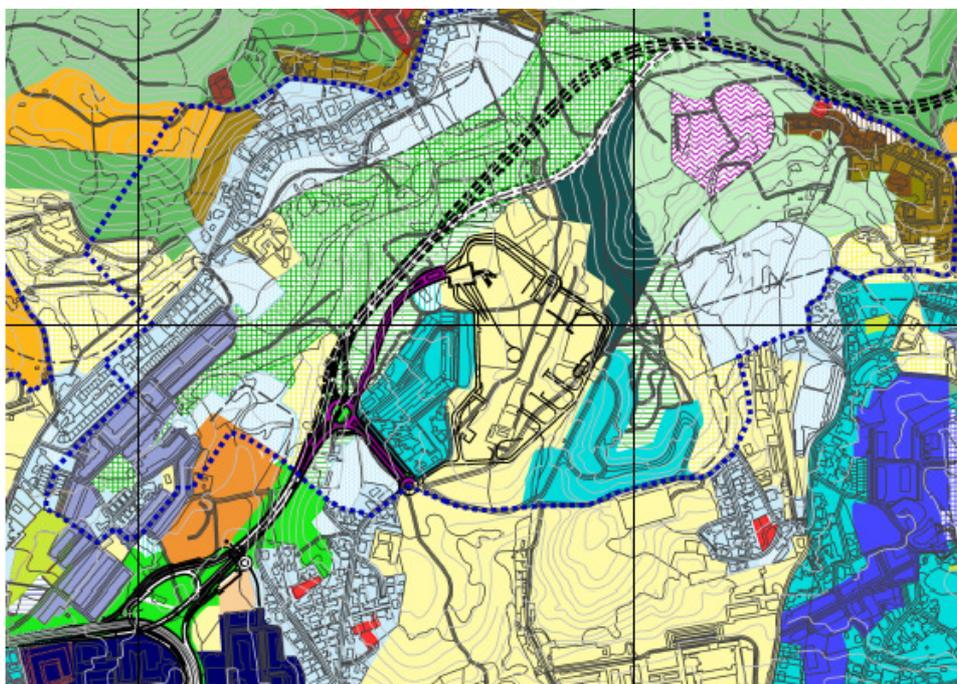


Figura 2 - Troço da Variante à EN 103 proposto (4ª Reunião Plenária - julho 2013)



Figura 3 - Eliminação do troço da Variante à EN 103 (Proposta Final Revisão do PDM)



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

O executivo do município de Braga consciente da importância fundamental de que se reveste o Monumento Nacional das Sete Fontes em Braga (2012), pelo seu valor patrimonial e ambiental, designadamente, pelo papel estratégico que representa para o Concelho e o País, propôs a eliminação de um troço da variante à EN 103 (reunião de câmara de 28 de julho de 2014 e assembleia municipal subsequente).

Pretendeu-se evitar o tráfego de atravessamento numa área sensível pelas especificidades inerentes, designadamente, também a proteção ao novo Hospital de Braga. Esta medida resultou do elevado potencial do património arquitetónico, arqueológico, tecnológico e ambiental desta área que conduziu à aprovação da delimitação do Plano de Salvaguarda das Sete Fontes e a mudanças estratégicas contempladas na Revisão do PDM que visam a defesa, preservação e divulgação do património.

Nesta senda, a 9 de dezembro de 2013, a Câmara de Braga aprovou, em reunião do executivo, a suspensão preventiva do PDM para a zona de Sete Fontes. Visando assim proteger e salvaguardar o Complexo Hidráulico das Sete Fontes, onde estarão integradas as “valências patrimoniais canónicas” da arquitectura barroca, os “testemunhos tecnológicos” de engenharia hidráulica do século XVIII, mas também uma integração da “dimensão do património cultural com o património natural” próprios do local, cujos propósitos finais visam a definição desta área um “Eco Parque” monumental, face ao qual o traçado proposto da referida variante deixava de fazer sentido.

De facto, o parecer da Direção Regional de Cultura do Norte, de abril de 2011, ao estudo prévio do Plano de Pormenor de Sete Fontes, apresentado nessa data, expressava o seguinte no seu ponto 3: *“A proposta apresentada para o traçado da variante à EN 103 provocará forte impacto sobre o conjunto classificado, nomeadamente no enquadramento paisagístico, pelo que se propõe a discordância com a proposta. Uma anterior proposta desta Variante, com traçado distinto, foi objeto, em tempo, de um Estudo de Impacte Ambiental, cuja renovação, após caducidade, da sua aprovação, foi expressamente recusada por esta Direção Regional face ao impacto produzido sobre o conjunto monumental. Julga-se que a construção desta variante virá provocar os impactos muito negativos e definitivos sobre o monumento cuja salvaguarda se procura assegurar com este Plano de Pormenor.”*

No período de participação preventiva dos termos de referência do Plano de Pormenor de Sete Fontes, foram apresentados contributos no sentido desta anulação, quer por particulares, entidades públicas (junta de freguesia de S. Vitor, Comissão Concelhia de Braga do partido Comunista Português e Comissão Concelhia de Braga do Bloco de Esquerda), associações (JovemCoop; grupo de petionários pela Salvaguarda das Sete Fontes e ASPA) e o movimento cívico pela salvaguarda do complexo das Sete Fontes.

Por outro lado, o grupo de petionários solicitou à CCDR-N e à procuradoria da República a mesma preocupação. O mesmo sucedeu no período de participação preventiva da Revisão do PDM. Tendo o executivo se comprometido a encetar esforços junto das Estradas de Portugal, SA, no sentido de anular o referido espaço canal.

Foi solicitado que as Estradas de Portugal, S.A., procedessem às medidas necessárias para que fosse anulado o espaço canal do troço da variante à EN 103.

A suspensão do espaço canal deste troço da variante à EN 103 veio reforçar, designadamente, os seguintes objetivos de sustentabilidade definidos no relatório ambiental:

- “Motivar a participação” (do critério participação definido para o FCD Governança), dado que reconhece uma vontade coletiva incentivando as boas práticas de cidadania;
- “Clareza e responsabilidade das instituições competentes” (do critério responsabilização definido para o FCD Governança), pela interação das diversas instituições envolvidas neste processo;
- “Promoção da imagem da Cidade” (do critério Solo Urbano, definido para o FCD Ordenamento do Território), na medida em que a sua eliminação preserva a paisagem, ambiente e o património;
- “Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos” (do critério Solos afetos à EEU, definido para o FCD Ordenamento do Território), não interferindo com os corredores de conectividade ecológicos;
- “Promoção dos modos suaves” (do critério Mobilidade, definido para o FCD Ordenamento do Território), canalizando os futuros investimentos na mobilidade para os modos suaves em detrimento do TI;
- “Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico” (do critério Património arquitetónico e arqueológico, definido para o FCD Paisagem e Património Cultural), preservação do complexo patrimonial das Sete Fontes;
- “Preservação da identidade paisagística” (do critério Paisagem, definido para o FCD Paisagem e Património Cultural);
- Todos os objetivos de sustentabilidade do FCD Recursos naturais, designadamente os critérios Fauna, Flora, Solo, Fragmentação de ecossistemas e recursos hídricos;
- “Redução das Emissões de GEE” (do critério Atmosfera, definido para o FCD - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);
- “Minimizar o ruído ambiente” (do critério Ruído, definido para o FCD - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida).

- CENTRO DE ESTÁGIOS DE SANTA LUCRÉCIA**

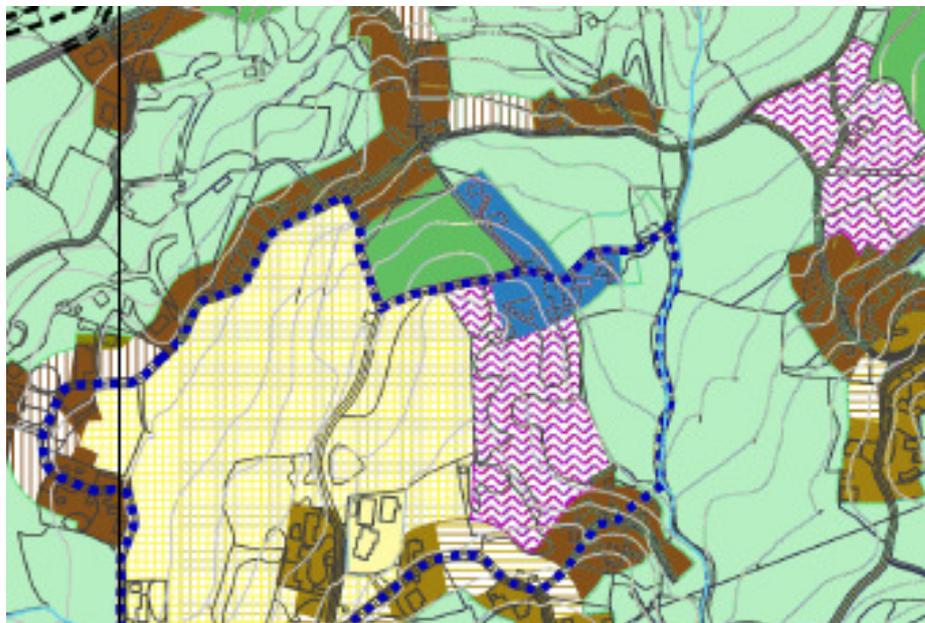


Figura 4 - Proposta de Localização do Centro Estágios (4ª Reunião Plenária - julho 2013)

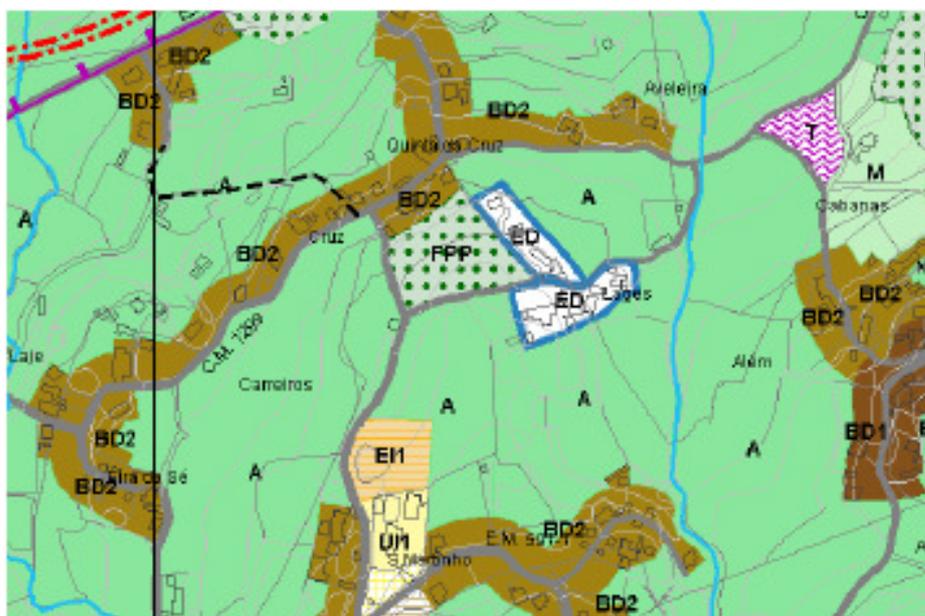


Figura 5 - Proposta Final Revisão do PDM

Até à 4ª reunião plenária da Comissão de Acompanhamento, estava prevista a localização de uma área de equipamento em solo rural, destinada a um Centro de Estágios do Sporting Clube de Braga, em Sta. Lucrécia.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

A partir da 5ª reunião plenária, eliminou-se esta proposta, tendo sido aprovada em reunião de câmara de 14 de setembro de 2015 a localização desta função (Academia Desportiva do Sporting Clube de Braga) na proximidade do Estádio AXA, no Parque Norte (12 hectares).

A eliminação desta proposta veio reforçar, designadamente, os seguintes objetivos de sustentabilidade definidos no relatório ambiental:

- “Promoção da imagem da cidade” (do critério Solo Urbano, definido para o FCD Ordenamento do Território), na medida em que a sua eliminação preserva a paisagem, ambiente e o património;
- “Estruturação Urbana” (do critério Solo Urbano, definido para o FCD Ordenamento do Território), dado que a nova proposta reforça o carácter centrípeto do Concelho e promove as medidas de combate à dispersão e crescimento linear;
- “Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos” (do critério Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais” (do critério Solo Rural, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Conservação de área agrícola” (do critério Solo Rural, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Contenção da dispersão” (do critério Solo Rural, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Preservação da identidade paisagística” (do critério Paisagem, definido para o FCD Paisagem e Património Cultural);
- “Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais” (do critério Núcleos Rurais, definido para o FCD Paisagem e Património Cultural).



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

- **INTRODUÇÃO DO DOMÍNIO ESTRATÉGICO “BRAGA, UM CONCELHO QUE QUEREMOS VISITAR”**

Definição de um novo Domínio Estratégico – “Braga, um concelho que queremos visitar”, a partir de finais de 2012 e início de 2013. Apesar da estratégia subjacente a este domínio já estar anteriormente refletida no Domínio Estratégico referente à vertente do Investimento, considerou-se pertinente conferir-lhe maior destaque. Com efeito, pretendeu-se relevar a vertente patrimonial do turismo para além da vertente económica já patente aquando o início do processo de Revisão.

A eliminação desta proposta veio reforçar, designadamente, os seguintes objetivos de sustentabilidade definidos no relatório ambiental:

- “Promoção da imagem da cidade” (do critério Solo Urbano, definido para o FCD Ordenamento do Território), pela valorização do património, paisagem e ambiente;
- “Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Fomentar o desenvolvimento dos sectores” (do critério Emprego, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Reforço do potencial económico do concelho e diversificação da oferta de emprego” (do critério Emprego, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Potenciar o turismo na cidade e no meio rural” (do critério Competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico” (do critério Património arquitetónico e arqueológico, definido para o FCD Paisagem e Património Cultural);
- “Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva” (do critério Espaços de Utilização Coletiva, definido para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);
- “Melhoria das condições para a prática desportiva” (do critério Equipamentos, definido para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);

- **REDEFINIÇÃO DA REDE CICLÁVEL**

Durante o processo de revisão a rede ciclável foi sofrendo alterações nos traçados, designadamente pela integração de novos percursos.

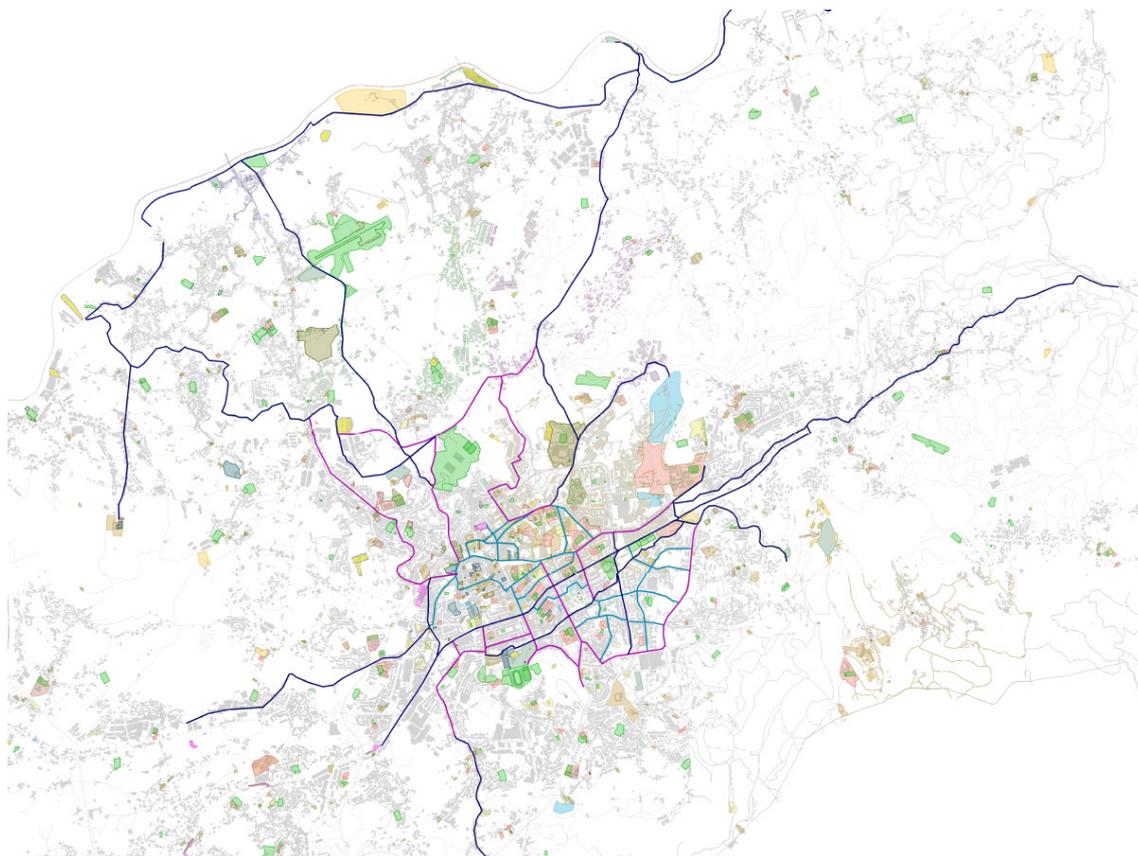


Figura 6 - Rede Ciclável Proposta na 4ª Reunião Plenária (julho 2013)

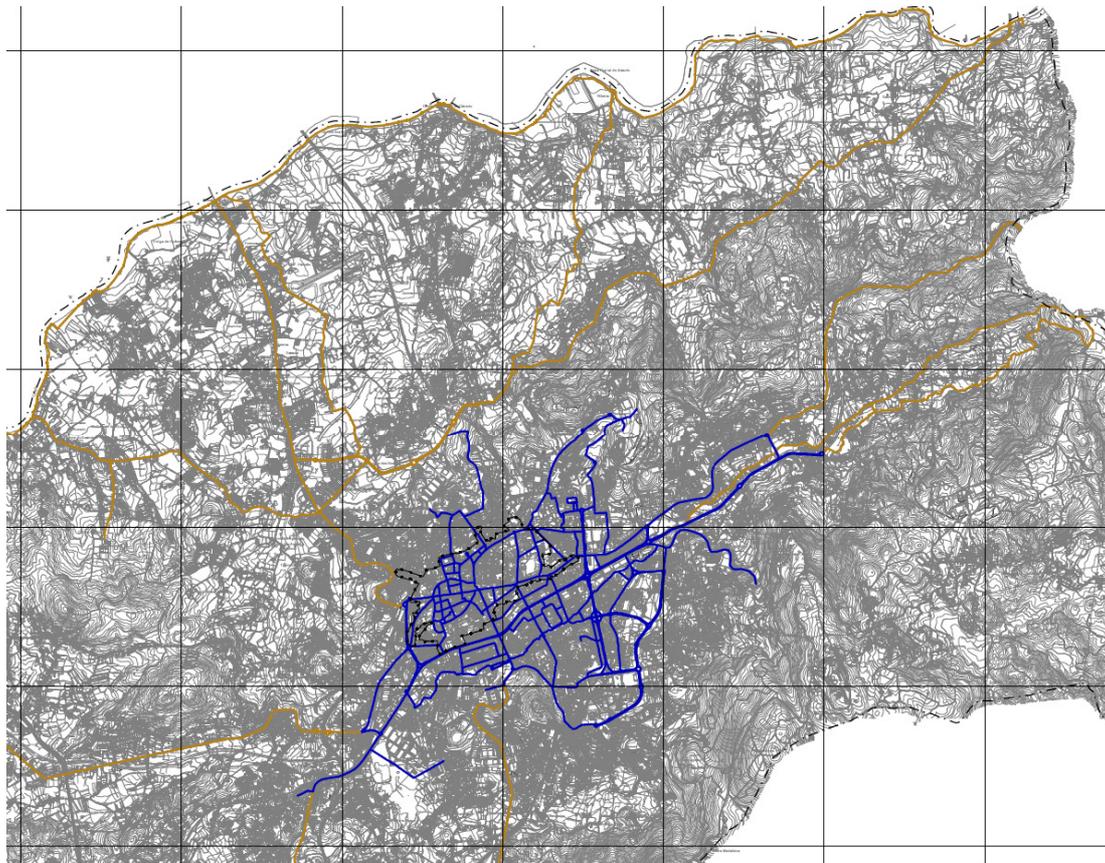


Figura 7 - Rede Ciclável Proposta Final Revisão do PDM

As alterações efetuadas vieram reforçar, designadamente, os seguintes objetivos de sustentabilidade definidos no relatório ambiental:

- “Motivar a participação” (do critério participação definido para o FCD Governança), dado que reconhece uma vontade coletiva (expressa durante o período de participação pública) incentivando as boas práticas de cidadania;
- “Clareza e responsabilidade das instituições competentes” (critério Responsabilização definido para o FCD Governança), aumentando o grau de satisfação do atendimento público;
- “Promoção da imagem da cidade” (do critério Solo Urbano, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Estruturação Urbana” (do critério Solo Urbano, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos” (do critério Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Promoção dos modos suaves” (do critério Mobilidade, definido para o FCD Ordenamento do Território);

- “Promover a Intermodalidade” (do critério Mobilidade, definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Potenciar o turismo na cidade e no meio rural” ” (do critério Competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Sócio -Económico);
- “Redução das Emissões de GEE” (do critério Atmosfera, definido para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);
- “Minimizar o ruído ambiente” (do critério Ruído, definido para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);
- “Melhoria das condições para a prática desportiva” (do critério Equipamentos, definido para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);

• RECUPERAÇÃO DO REGIME FLORESTAL

Apesar de existir legislação que submete a Mata do Bom Jesus do Monte e o perímetro florestal do Sameiro, a Regime Florestal parcial, (Decreto de 9/8/1930 (DG n.º 201, I) série, de 30/08); Decreto n.º 2061 de 13/11/1915 (DG n.º 237, I série, de 18/11); Decreto de 23/2/1929 (DG n.º 48, II série, de 28/2) e Decreto de 27/12/1929 (DG n.º 3, II série, de 4/1/1930), as respetivas áreas não se encontravam delimitadas nem pelo ICNF, nem na carta de condicionantes do PDM publicado em 2001, pelo que foi entendido que a atual revisão deste PDM constituía uma oportunidade para retificar esta situação.

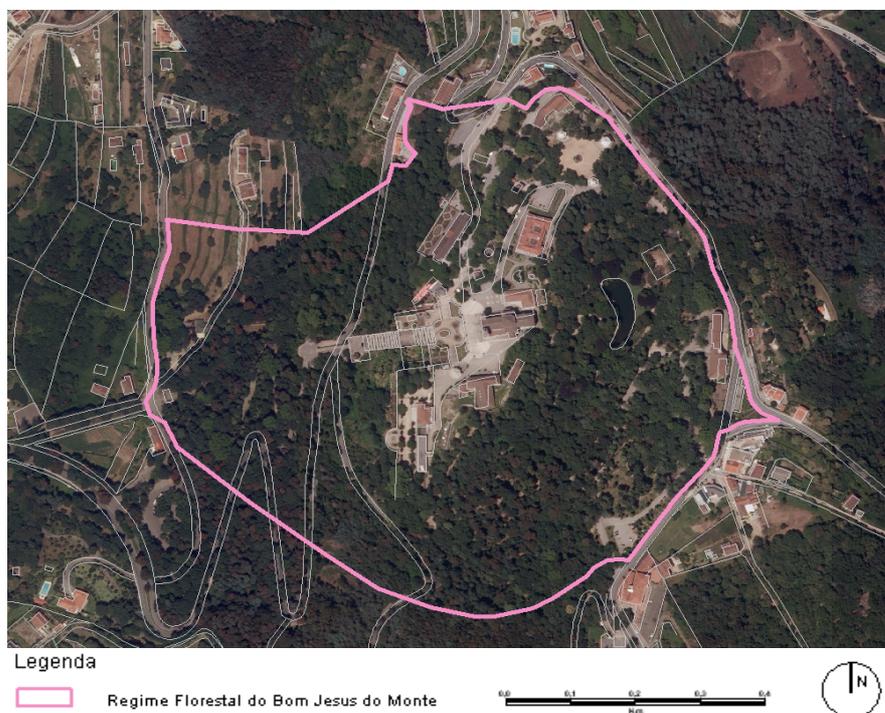
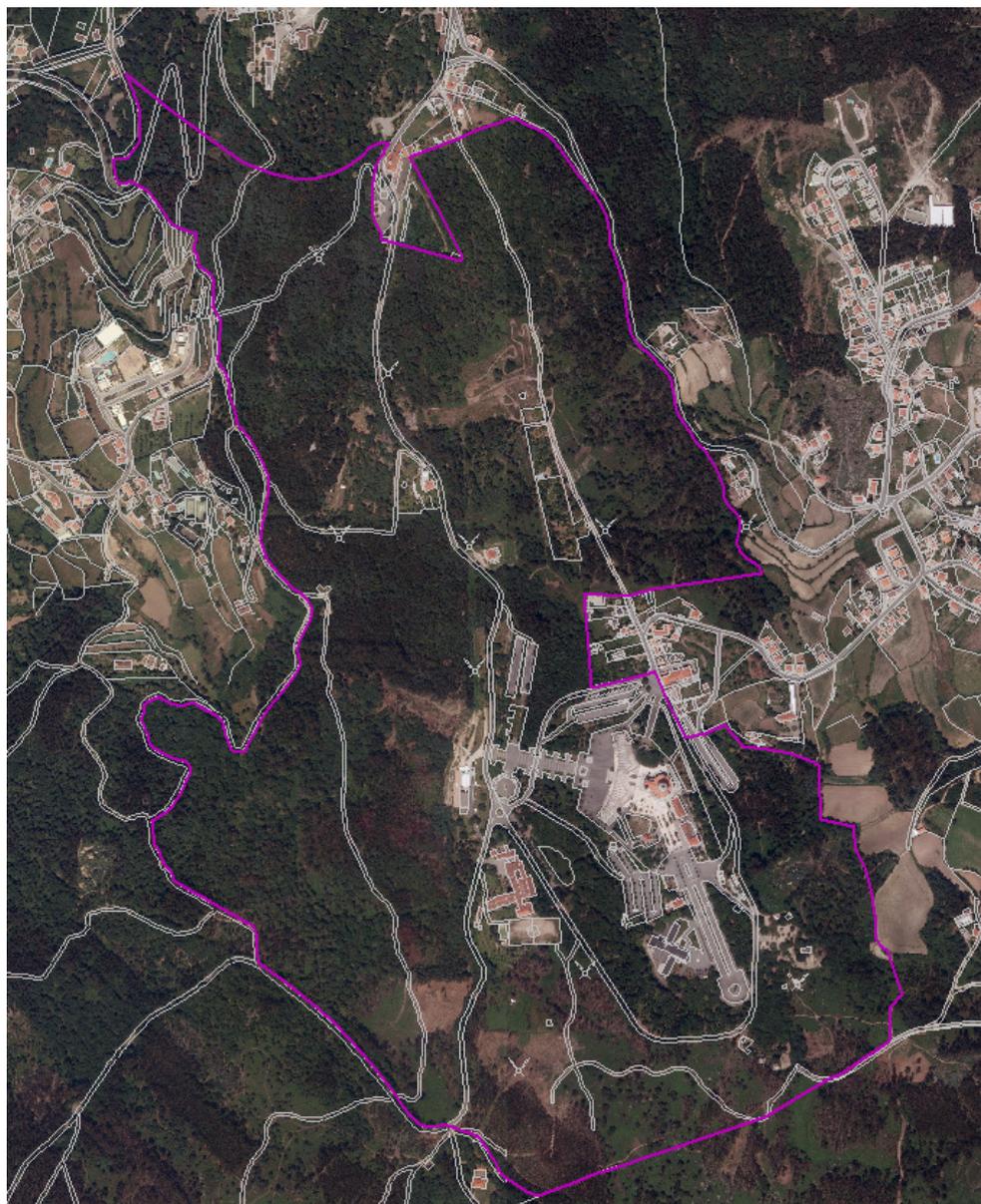


Figura 8 – Área Regime Florestal do Bom Jesus do Monte



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA



Legenda

 Regime Florestal do Sameiro



Figura 9 - Área Regime Florestal do Sameiro

As alterações efetuadas vieram reforçar, designadamente, os seguintes objetivos de sustentabilidade definidos no relatório ambiental:

- “Clareza e responsabilidade das instituições competentes” (critério Responsabilização definido para o FCD Governança), pela interação com as entidades envolvidas na Comissão de Acompanhamento no processo de revisão;
- “Promoção da imagem da cidade” (do critério Solo Urbano, definido para o FCD Ordenamento do Território);

- “Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos” (do critério Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana, definido para o FCD Ordenamento do Território);
 - “Conservação de área florestal” (do critério Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana, definido para o FCD Ordenamento do Território);
 - “Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
 - “Potenciar o turismo na cidade e no meio rural” (do critério Competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Sócio -Económico);
 - “Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico” (do critério Património arquitetónico e arqueológico, definido para o FCD - Paisagem e Património Cultural), pelo enquadramento que esta área promove nos santuários;
 - “Preservação da identidade paisagística” (do critério Paisagem, definido para o FCD - Paisagem e Património Cultural);
 - Todos os objetivos de sustentabilidade do FCD Recursos naturais - Biodiversidade, designadamente os critérios Fauna, Flora, Solo, Fragmentação de ecossistemas e recursos hídricos;
 - “Redução das Emissões de GEE” (do critério Atmosfera, definido para o FCD - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida), pelo equilíbrio proporcionado pela massa arbórea em causa;
 - “Gestão da Área Florestal” (do critério Atmosfera, definido para o FCD - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);
 - “Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva” (do critério Espaços de Utilização Coletiva, definido para o FCD - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);
- **ELIMINAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO ENTRE O SOLO URBANO E AS ÁREAS DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO ELEVADA E MUITO ELEVADA**

As principais alterações concretizadas referem-se à eliminação dos conflitos entre o solo urbano e as áreas percorridas por incêndio, sugeridas pela entidade com jurisdição na matéria após a fase de Discussão Pública.

Deste modo, eliminaram-se os conflitos patentes, mantendo-se apenas aqueles que estavam inseridos em UOPG, que estavam efetivamente ocupados ou que apresentavam alvarás de loteamento.

As alterações efetuadas vieram reforçar, designadamente, os seguintes objetivos de sustentabilidade definidos no relatório ambiental:

- “Clareza e responsabilidade das instituições competentes” (critério Responsabilização definido para o FCD Governança), pela interação com as entidades envolvidas na Comissão de Acompanhamento no processo de revisão;
- “Conservação de área florestal” (do critério Solo Rural, definido para o FCD Ordenamento do Território);

- “Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Preservação da identidade paisagística” (do critério Paisagem, definido para o FCD - Paisagem e Património Cultural);
- Todos os objetivos de sustentabilidade do FCD Recursos naturais- Biodiversidade, designadamente os critérios Fauna, Flora, Solo e Fragmentação de ecossistemas;
- “Reduzir o risco de incêndio e a área ardida” (do critério Incêndios Florestais, definido para o FCD Recursos Naturais - Riscos Naturais e Antrópicos);
- “Gestão da Área Florestal” ” (do critério Atmosfera, definido para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida);

- **DEFINIÇÃO DE FUTURA LOCALIZAÇÃO DE UM INTERFACE DE TRANSPORTES**

No Concelho os diversos modos de transporte carecem de articulação. De facto, a localização, quer da Estação de Caminho-de-ferro, quer da Central de Camionagem, representa diversos constrangimentos ao nível da intermodalidade e do seu próprio funcionamento.

Face ao diagnóstico desta realidade, no decorrer do processo de Revisão do PDM, definiu-se uma área de equipamentos destinada à localização de uma Estação Intermodal, para a qual se prevê a realocação dos serviços de transportes coletivos rodoviários do concelho de Braga.

Estes serviços, articulados com o transporte ferroviário, com os modos suaves e com o transporte individual, irão garantir uma maior eficiência na mobilidade intra e interurbana.



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

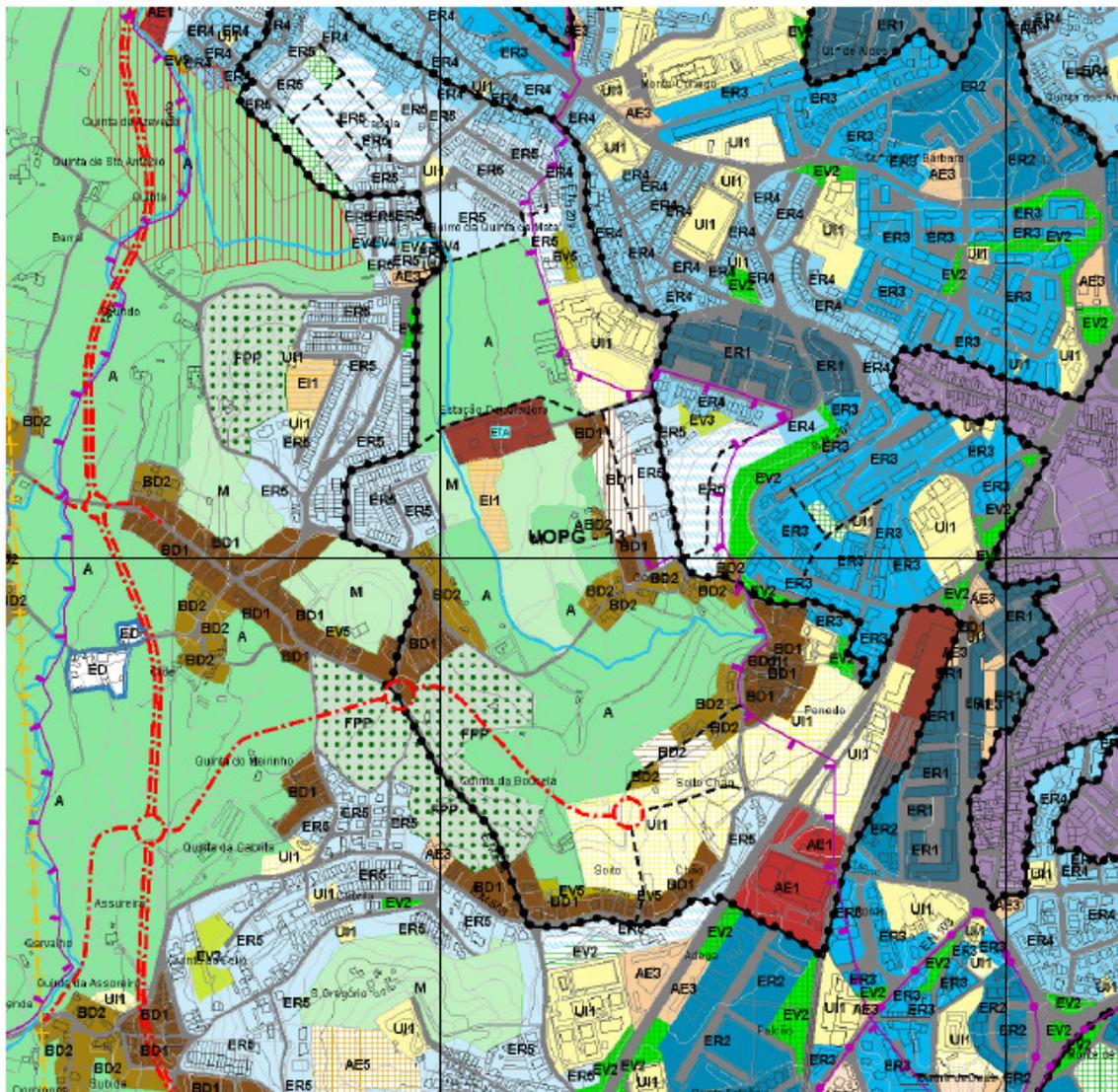


Figura 10 - Área de localização do Interface de Transportes - Proposta Final Revisão do PDM.

As alterações efetuadas vieram reforçar, designadamente, os seguintes objetivos de sustentabilidade definidos no relatório ambiental:

- “Clareza e responsabilidade das instituições competentes” (critério Responsabilização definido para o FCD Governança), pela interação com as entidades envolvidas;
- “Programação Urbana” (critério Solo Urbano definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Estruturação Urbana” (critério Solo Urbano definido para o FCD Ordenamento do Território);
- Todos os objetivos de sustentabilidade do critério Mobilidade definido para o FCD Ordenamento do Território);
- “Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no concelho” (critério Acessibilidade definido para o FCD Ordenamento do Território);

- “Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Potenciar o turismo na cidade e no meio rural” (do critério competitividade, definido para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico);
- “Redução das Emissões de GEE”, (do critério Atmosfera, definido para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida); dado que a articulação dos vários meios de transporte poderá motivar a utilização de modos mais sustentáveis;

Tendo em conta os aspetos supracitados, a revisão do PDM foi aprovada com as opções mais adequadas.

v| MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11º

De acordo com o artigo 11º do DL 232/2007, de 15 de Junho, compete às entidades responsáveis pela elaboração do plano ou programa avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação e execução, procurando assim identificar e prevenir atempadamente os impactes negativos.

Assim, definiram-se os indicadores de monitorização e seguimento que permitirão avaliar a execução do plano nos anos seguintes à sua publicação.

Importa referir que a realidade não é estática, logo o planeamento também não é estático, pelo que os objetivos de sustentabilidade e indicadores de processo e monitorização poderão ser alvo de modificações ao longo do tempo.

Poderá existir a necessidade de ponderar cenários alternativos, pois a realidade sofre mudanças o planeamento tem que se adaptar a isso. Caso seja necessário serão inseridos novos indicadores.

Por outro lado, certos indicadores podem não ser quantificáveis, o que pode implicar a sua adaptação.

De realçar a importância da implementação de um SIG autárquico eficaz e orientado para este propósito de monitorização do plano que, até ao momento, não é efetivo.

De seguida apresentam-se as tabelas, por FCD, onde constam os indicadores de monitorização e respetivas unidades de medida.

Governança

Quadro 1 - Indicadores de Monitorização para o FCD Governança

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
I - Governança	Abertura/Transparência	Melhorar a confiança nas instituições; Informação atualizada das fases do processo	Atualização dos conteúdos do processo de revisão do PDM no site da CMB	S/N	CMB	Manutenção/atualização da informação do PDM nos diferentes canais de comunicação	S/N	CMB
			Grau de disponibilização da informação existente de forma transparente	%	CMB	Grau de disponibilização da informação existente de forma transparente	%	CMB
			Realização de workshops e exposições	Nº	CMB	Manutenção/atualização da exposição	S/N	CMB
	Participação	Motivar a participação	Participações	Nº	CMB	Participações no desenvolvimento de UOPG's	Nº	CMB
			Debates Públicos com recurso às TIC	Nº	CMB	Novas UE executadas	Nº	CMB
			Reuniões com as Juntas de Freguesia	S/N	CMB			
			Reuniões com outros stakeholders	S/N	CMB			
	Responsabilização	Clareza e responsabilidade das instituições competentes	Grau de interação dos agentes envolvidos (CMB/ Serviços CMB/ CA/ outros)	Elevado/Médio/Baixo	CMB	Grau de interação dos agentes envolvidos (CMB/ Serviços CMB/ CA/ outros)	Elevado/Médio/Baixo	CMB
			Técnicos/ formação	Nº	CMB	Técnicos/ formação	Nº	CMB
			Grau de satisfação do atendimento ao público (realização inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB	Grau de satisfação do atendimento ao público (realização inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB
			Tomada de decisão mais responsável com recurso a metodologias de análise SWOT	S/N	CMB			
	Eficácia/Eficiência	Tomada de decisões adequada	Implementação de um SIG que permita uma melhor articulação entre serviços municipais e uma melhor monitorização dos indicadores definidos em sede de AAE	S/N	CMB	Processos analisados no prazo máximo de 10 dias	%	CMB
			Certificação dos serviços	S/N	CMB	Número Serviços Certificados	Nº	CMB
			Atualização em SIG de todas as entradas de processos/ aprovação e licenciamento	S/N	CMB	Atualização em SIG de todas as entradas de processos/ aprovação e licenciamento	S/N	CMB
			Adoção de medidas para avaliar a qualidade arquitetónica das operações urbanísticas e de loteamento.	S/N	CMB	Avaliação da qualidade arquitetónica das operações urbanísticas e de loteamento.	Elevado/Médio/Baixo	CMB
		Cumprimento de prazos de entrega e resposta entre instituições	Processos/ entregas dentro do prazo	Nº	CMB	Percentagem de processos c/ prazos de entrega cumpridos	%	CMB
			Pareceres recebidos dentro do prazo	Nº	CMB			
Integração de uma equipa multidisciplinar no planeamento			Existência de uma equipa multidisciplinar para elaboração e monitorização de PDM/ PP/REOT e PU.	S/N	CMB	Percentagem de Execução do Plano de Monitorização	%	CMB
Coerência	Coordenação intermunicipal	Reuniões entre municípios	Nº	CMB	Nº de ações conjuntas intermunicipais	Nº	CMB	
		Articulação com outros planos, programas e outros instrumentos de gestão territorial inter e intra concelhos	Interações entre a proposta de PDM e Mapa de Ruído, AAE, PMDFCI, PME, entre outros	Nº				CMB
			Integração do QRE da AAE no processo de planeamento	S/N	CMB	Atualizações resultantes da articulação c/ outros Planos e Legislação	Nº	CMB

Ordenamento do Território

Quadro 2 - Indicadores de Monitorização para o FCD Ordenamento do Território

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
II - Ordenamento do território	Solo Urbano	Promoção da imagem da Cidade	Inclusão de parâmetros qualitativos na revisão do PDMB	S/N	CMB	Processos urbanísticos integrados em UE/ Total de processos	Nº/Nº	CMB
			Área impermeabilizada / Área do Concelho	%	CMB	Área impermeabilizada / Área do Concelho	%	CMB
			Área de Espaços verdes/Área do Solo urbano	%	CMB	Áreas cedidas para espaço verde / equipamento	ha	CMB
			Proposta de reabilitação de edifícios e espaço público	ha ou Nº	CMB			
		Programação Urbana	Aumento dos parâmetros quantitativos na revisão do PDMB	S/N	CMB	Nº de informações técnicas que incluem questões estéticas da operação urbanística	Nº	CMB
			UOPG por fase de execução (I, II, III)	Nº/fase	CMB	Loteamentos em UOPG por fase de execução/ Total de loteamentos	%	CMB
			Intervenções propostas de regeneração urbana	Nº	CMB	Porcentagem de Execução das intervenções propostas de regeneração urbana	%	CMB
			SU não ocupado (loteamentos)	ha ou %	CMB	Ocupação fogos urbanos: novos executados, novos vazios, com alvará não construídos	%	CMB
			SU não ocupado (exceto loteamentos)	ha ou %	CMB		%	CMB
		Fogos vazios	Nº	INE		%	INE	
		Estruturação Urbana	A proposta de PDM reforça o carácter centripeto do Concelho	S/N	CMB	Intervenções dentro do SU/ Total de intervenções	Nº/Nº	CMB
			A proposta de ordenamento contempla o saldo zero	S/N	CMB			
			Promoção de medidas de combate à dispersão e crescimento linear	S/N	CMB	Área cedida para espaço verde/área obrigatória para cedência ao domínio público	ha ou %	CMB
			Área cedida para espaço verde e para equipamento/área obrigatória para cedência ao domínio público	ha ou %	CMB	Área cedida para equipamento/área obrigatória para cedência ao domínio público	ha ou %	CMB
			Solo reclassificado para solo rural por falta de aptidão para construção	% ou área	CMB	Área destinada a transição entre categorias	ha	CMB
			Promoção de medidas de transição de categorias entre usos de solo incompatíveis (ex: residencial/industrial)	S/N	CMB			
			Indústrias localizadas em espaço residencial	Nº	CMB			

(CONTINUA)

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
	Solos afetos à Estrutura Ecológica Urbana	Garantir o desenvolvimento sustentável do concelho, associando os sistemas naturais e urbanos	Área de EEM proposta/ área do Concelho	%	CMB	Variação da Área de EE Urbana executada/ Área do Concelho	%	CMB
			Corredores de conectividade propostos	Nº e Km	CMB	Execução dos corredores verdes entre espaço urbano e espaço periurbano	Km ou %	CMB
	Solo Rural	Ordenamento e salvaguarda dos solos rurais	Solo rural existente face ao PDM de 2001	%	CMB			
			Edificações isoladas existentes no solo rural (fora dos aglomerados rurais e AED)	Nº	CMB	Novas edificações isoladas em solo rural (fora dos aglomerados rurais e das AED)	Nº	CMB
			Edificações existentes em solo rural coincidentes com a RAN	Nº	CMB	Novas edificações em zonas condicionadas por RAN	Nº	CMB
			Edificações existentes em solo rural coincidentes com a REN	Nº	CMB	Novas edificações em zonas condicionadas por REN	Nº	CMB
			Edificações não licenciadas referenciadas	Nº	CMB	Medidas de minimização	Nº	CMB
				Total de Edificados referenciados/ licenças edificações novas	%	CMB		
			Medidas para a requalificação de áreas anteriormente exploradas para recursos geológicos	S/N	CMB	Ativos e empresas dedicados à agricultura	Nº	MAMAOT
			Área destinada a aglomerados rurais	ha	CMB	Licenças emitidas dentro dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa	Nº	CMB
			Área destinada a áreas de edificação dispersa	ha	CMB			
			Vacarias existentes	Nº	CMB	Vacarias existentes/ vacarias legalizadas	%	CMB
						Vacarias existentes/vacarias cumprem Espaços de transição	%	CMB
			Definição de espaços de transição entre vacarias e outros espaços	S/N	CMB	Espaços de transição executados entre vacarias e outros espaços respeitados	ha	CMB
			Definição de parâmetros quantitativos e qualitativos no solo rural	S/N	CMB			
	Conservação de área florestal	Espaço florestal classificado em PDM face ao PDM de 2001	%	CMB	Relação entre a área arida sobre a Área reflorestada	%	CMB - GF	
	Conservação de área agrícola	Espaço agrícola classificado em PDM face ao PDM de 2001. Espaço agrícola cultivado e abandonado	%	CMB	Relação entre solos agrícolas abandonados sobre os solos agrícolas cultivados	%	CMB	
	Contenção da dispersão	Edifícios existentes em espaço agrícola e espaço florestal	Nº	CMB	Licenças emitidas fora dos aglomerados rurais/Total de intervenções	Nº/Nº	CMB	

(CONCLUSÃO)

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte	
	Mobilidade	Promoção dos modos suaves	Troços pedonais existentes	Km	CMB	Novos troços pedonais executados	Km	CMB	
			Troços cicláveis existentes	Km	CMB	Novos troços cicláveis executados	Km	CMB	
			Parques de bicicletas propostos	Nº	CMB	Parques de bicicletas executados	%	CMB	
		Promover uma melhor mobilidade e acessibilidade através da adequada resposta dos sistemas de transporte público	Passageiros no transporte público	Nº	TUB/ ARRIVA/ REFER/ Outras	Passageiros no transporte público	Nº	TUB/ ARRIVA/ REFER/ Outras	
			Grau de satisfação dos utilizadores	Elevado/Médio/Baixo	CMB	Grau de satisfação dos utilizadores	Elevado/Médio/Baixo	CMB	
			Viagens em transporte público/ Viagens em transporte individual	Nº	CMB	Viagens em transporte público/ Viagens em transporte individual	Nº	CMB/ Outros	
			Requalificação em vias que integram vias bus e paragens de autocarro	Nº	CMB	Vias requalificadas	Nº	CMB	
		Promover a Intermodalidade	Ações previstas que promovam a intermodalidade	Nº	CMB	Taxa de ocupação dos pontos de estacionamento para bicicletas	%	CMB	
			Adequar o Estacionamento ao novo paradigma da mobilidade	Oferta de estacionamento público com e sem tarifa	Nº	CMB	Varição da oferta de estacionamento público com e sem tarifa	%	CMB
		Cartões de residente emitidos		Nº	CMB	Varição de cartões de residente emitidos	%	CMB	
		Procura de estacionamento por zonas		Satisfeito/Não satisfeito	Quadrilátero	Varição da procura de estacionamento por zonas	%	Quadrilátero	
		Promover a Mobilidade para todos	Rotação de estacionamento por zonas	Nº carros/dia/lugar	Quadrilátero	Varição da rotação de estacionamento por zonas	%	Quadrilátero	
			Edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Nº	INE	Edifícios públicos com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	Nº	INE
				Ruas em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	CMB	Ruas em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	CMB
			Edifícios em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Edifícios em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	INE	Edifícios em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	INE
				Barreiras arquitetónicas eliminadas			Barreiras arquitetónicas eliminadas		
			Urbanizações em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	INE	Urbanizações em núcleos urbanos que cumprem critérios de acessibilidade	Nº	INE	
		Acessibilidades	Contribuição das infraestruturas rodoviárias para a coesão urbana e funcional do espaço	Definição da hierarquização viária administrativa e funcional	S/N	CMB	Intervenções conducentes à hierarquização e articulação viária	Nº	CMB
	Articulação da rede viária macro e micro			S/N	CMB				
	Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades no concelho		Promoção de contagens de tráfego	S/N	CMB	Evolução das condições e tempos médios de acesso à rede principal	Min	CMB	
			Projeto da circular exterior	S/N	CMB	Requalificações Viárias	N.º/Km executado	CMB	
			Propostas de Requalificação do sistema viário	Km	CMB				

Desenvolvimento Socioeconómico

Quadro 3 - Indicadores de Monitorização para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
III - Desenvolvimento Socioeconómico	População	Crescimento Populacional	População Residente	Nº	INE	Varição da População residente	%	INE
			Nascimentos e óbitos	Nº e %	INE	Varição dos nascimentos e óbitos	%	INE
			Movimentos Migratórios	Nº e %	INE	Varição dos movimentos migratórios	%	INE
	Emprego	Fomentar o desenvolvimento dos sectores	Varição da área industrial face ao PDM de 2001 (existente e ocupada)	%	CMB	Varição da área industrial, requalificada e ocupada	ha ou %	CMB/ CIM- Cávado/ AIMINHO
			População empregada/sector de atividade	Nº	INE	População empregada/sector de atividade	Nº	INE
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase I	ha	CMB	Ocupação efetiva das áreas com localização privilegiada para A.E. - Fase I	ha	CMB
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase II	ha	CMB	Ocupação efetiva das áreas com localização privilegiada para A.E. - Fase II	ha	CMB
			Áreas de localização privilegiada para A.E. propostas - Fase III	ha	CMB	Ocupação efetiva das áreas com localização privilegiada para A.E. - Fase III	ha	CMB
		Reforço do potencial económico do concelho e diversificação da oferta de emprego	Oferta de Emprego por setore atividade	%	IEFP	Varição da Oferta de Emprego por setore atividade	%	IEFP
			N.º Explorações agrícolas	Nº	INE	Varição do N.º Explorações agrícolas	%	INE
			Postos de trabalho em empresas TIC	Nº	INE	Varição do número de postos de trabalho em empresas TIC	Nº	INE
			Unidades industriais existentes no Concelho	Nº	INE/ AIMINHO	Licenças de novas unidades industriais	Nº	CMB



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

(CONCLUSÃO)

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte		
	Competitividade	Modernização e requalificação das áreas industriais existentes	Definição de parâmetros quantitativos e qualitativos a introduzir nas zonas industriais existentes	S/N	CMB	Intervenções de requalificação ou modernização nas zonas industriais	Nº	CMB		
			Definição de ações necessárias para a modernização e requalificação das zonas industriais	S/N	CMB			CMB		
		Criação de uma área logística	Delimitação de uma área proposta para a instalação	S/N	CMB	Taxa de ocupação de área logística		%	CMB	
			Definição de incentivos	S/N	CMB					
		Criação de áreas de acolhimento empresarial	Áreas destinadas a acolhimento empresarial propostas	ha	CMB	Áreas destinadas a acolhimento empresarial efetivamente executadas		ha	CMB	
		Promoção do cluster da construção civil	Definição de ações para a promoção do cluster da construção civil (UOPG's, regeneração urbana, etc)	S/N	CMB	Ações executadas para a promoção do cluster da construção civil		Nº	CMB	
		Promoção do cluster das empresas TIC	Disponibilização de espaços para a localização destas atividades	ha	CMB	Ocupação efetiva dos espaços destinados a estas atividades		%	CMB	
		Qualidade de vida como catalisador de investimento e pessoas	Definição e avaliação de parâmetros de qualidade de vida a considerar	S/N	CMB	Inquérito de avaliação à relevância de parâmetros qualidade de vida para residentes e investidores		Nº	CMB	
		Aumento do PIB por sectores	Definição de ações de incremento do PIB por sector	S/N	CMB	Variação do PIB por sector		%	INE/ AIMINHO	
				Valor do PIB em 2011	€					INE
			Valor das exportações do tecido empresarial do concelho	€	AIM/Ministério da Economia/INE	Variação do valor das exportações do tecido empresarial do concelho	€	AIM/Ministério da Economia/INE		
		Potenciar o turismo na cidade e no meio rural	Áreas turísticas existentes no concelho	ha e Nº	CMB	Variação das áreas turísticas no concelho		ha e Nº	CMB	
				Empreendimentos turísticos	Nº	T.P.	Investimentos/ requalificações dos recursos existentes para o turismo			
			Intensidade Turística		%	INE/ T.P.	Licenças emitidas para unidades destinadas ao turismo		Nº	CMB/ T.P.
				Estadia média	Nº de dias	INE/ T.P.	Variação Visitantes/ Turistas		%	CMB/ T.P.
				Troços pedonais e cicláveis associados a atividades de lazer e turismo propostos no Concelho por freguesia	Km	CMB	Novos troços pedonais e cicláveis associados a atividades de lazer e turismo executados no concelho por freguesia		Km	CMB
Identificação e valorização de zonas com potencial turístico	ha e Nº		CMB	Atividades turísticas desenvolvidas nas áreas identificadas		Nº	CMB			
Usufruto turístico da rede ciclável e pedonal	Elevado/Médio/Baixo		EAT/Empreendimentos Turísticos/Operadores Turísticos	Variação do usufruto turístico da rede ciclável e pedonal		Elevado/Médio/Baixo	EAT/Empreendimentos Turísticos/Operadores Turísticos			

Paisagem e Património Cultural

Quadro 4 - Indicadores de Monitorização para o FCD Paisagem e Património Cultural

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
IV - Paisagem e Património Cultural	Património arquitetónico e arqueológico	Preservação e valorização do património arquitetónico e arqueológico	Elementos patrimoniais classificados	Nº	IGESPAR	Operações Urbanísticas no interior da área de salvaguarda (Centro Histórico)	Nº	CMB
			Elementos patrimoniais inventariados	Nº	CMB			
			Variação do nº de elementos arqueológicos/ arquitetónicos, classificados face a 2001	%	IGESPAR	Variação do nº de elementos arqueológicos e arquitetónicos classificados	%	IGESPAR
			Variação do nº de elementos arqueológicos/ arquitetónicos, inventariados face a 2001	%	CMB	Variação do nº de elementos arqueológicos inventariados	%	
			Variação do nº de Zonas Especiais de Proteção, face a 2001	%	IGESPAR	Variação do nº de ZEP's	%	IGESPAR
	Paisagem	Preservação da identidade paisagística	Áreas de interesse paisagístico	Nº e área (ha)	CMB	Ações programadas nas áreas de interesse paisagístico	Nº	CMB
			Definição de critérios de enquadramento paisagístico	S/N	CMB	Informações técnicas que contemplam critérios de enquadramento paisagístico	N.º	CMB
	Núcleos Rurais	Consolidação e Reforço da Identidade dos núcleos rurais	Aglomerados rurais	Nº e área (ha)	CMB	N.º de intervenções de reabilitação/ consolidação dos Aglomerados rurais	Nº e área (ha)	CMB
			Definição de critérios qualitativos de edificação em núcleos rurais	S/N	CMB	Informações técnicas que contemplam critérios qualitativos de enquadramento arquitetónico e paisagístico	S/N	CMB

Recursos Naturais

Quadro 5 - Indicadores de Monitorização para o FCD Recursos Naturais

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte	
V - Recursos Naturais	Va - Biodiversidade	Floresta	Aumento das espécies florestais autóctones e controle das monoculturas de espécies de crescimento rápido.	Área de povoamentos florestais de espécies autóctones	ha	CMB/ GF	Varição da área ocupada por espécies autóctones	%	CMB/ GF
				Área de povoamentos florestais - monoculturas	ha	CMB/ GF	Varição da área ocupada por monoculturas	%	CMB/ GF
		Fauna	Proteção da fauna existente	Medidas de proteção dos habitats	S/N	CMB	Varição do N.º de Contraordenações	%	SEPNA
				N.º de Contraordenações	N.º	SEPNA			
		Flora	Proteção da flora existente	Medidas de proteção da flora	S/N	CMB	Varição do N.º de Contraordenações	%	SEPNA
				N.º de Contraordenações	N.º	SEPNA			
		Solo	Proteção dos solos evoluídos	Adoção de critérios para a delimitação da RAN e REN	S/N	CMB	Ações de formação e sensibilização para uma adequada utilização do solo	Nº	CMB
				Edificações e infraestruturas em RAN	Nº e área (ha)	CMB	Edificações e infraestruturas em RAN	Nº e área (ha)	CMB
				Edificações e infraestruturas em REN	Nº e área (ha)	CMB	Edificações e infraestruturas em REN	Nº e área (ha)	CMB
		Fragmentação de ecossistemas	Evitar a fragmentação do habitat e promover a obtenção do <i>continuum naturale</i>	Estudo de cenários alternativos para evitar a fragmentação de ecossistemas	S/N	CMB	Área impermeabilizada em EEM/ Área de EEM total	%	CMB
	Corredores verdes inseridos na EEM			Nº e área (ha)	CMB	Intervenções positivas em corredores verdes	Nº	CMB	
						Varição da área destinada a corredores verdes	%	CMB	
	Vb - Recursos Hídricos	Recursos Hídricos	Manutenção, conservação, valorização e proteção dos recursos hídricos.	Parâmetros de qualidade da água	Elevado/Médio/Baixo	AGERE	Parâmetros de qualidade da água	Elevado/Médio/Baixo	AGERE
							Fiscalizações	Nº	AGERE
						Ações de limpeza	Nº	AGERE	
Projetos de reabilitação das margens dos cursos de água				S/N	CMB/ ARH	Execução dos planos/programas/projetos em cursos de água	Nº ou área	CMB	
Leitos dos cursos de água integrados na REN				ha	CMB	Novas edificações e/ou infraestruturas em áreas de REN, nomeadamente nas áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos.	Nº	CMB	
			Área proposta para EV de proteção do domínio hídrico	ha	CMB	Irregularidades na faixa de proteção do domínio hídrico	Nº	CMB	

(CONCLUSÃO)

FC	CD	Crterios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorizao	Unidade Medida	Fonte			
Vc - Riscos Naturais e Antropicos	Cheias e inundaes	Minimizar os impactos das cheias e inundaes		Delimitao da cartografia de risco	S/N	CMB - GF	Intervenes em areas com risco de cheia e inundaveis identificadas na Cartografia de Risco	Nº	CMB			
				Definiao de bacias de retenao	Nº	CMB	Bacias de retenao executadas	Nº	CMB			
				Area impermeabilizada/Area de solo urbano	%	CMB	Area impermeabilizada por operao urbanistica face a totalidade do solo urbano	%	CMB			
				Introduao de parmetros mximos de impermeabilizao a aplicar nas operaes urbanisticas	S/N	CMB						
				Aoes de sensibilizao para a proteao e limpeza dos leitos e margens dos cursos de gua	Nº	CMB						
	Incndios Florestais	Reduzir o risco de incndio e a rea ardida		Delimitao da cartografia de risco	S/N	CMB	Campanhas de sensibilizao da populao escolar e em geral	Nº	CMB			
				Articulao da proposta de ordenamento com o PMDFCI e PME	S/N	CMB						
				Adoo de critrios para a reconverso/reflorestao com espcies mais resistentes ao fogo	S/N	CMB	Fiscalizao no perodo crtico	S/N	CMB			
				Area ardida	ha/ano	CMB	Area ardida	ha/ano	CMB	Area ardida	ha/ano	CMB
							Reconverses/ Reflorestaes com espcies mais resistentes ao fogo	Nº	CMB			
							Intervenes de limpeza no espao florestal	Nº e rea (ha)	CMB			
	Erosao dos solos	Revitalizar a rea ardida e prevenir a erosao dos solos		Integrao de medidas de mitigao (PMDFCI)	S/N	CMB - GF	Aoes de sensibilizao aos privados para a sujeio das areas ardidas a planos de intervenao florestal	Nº	CMB - GF			
				Quantificao de areas com risco de erosao delimitadas na carta da REN	ha	CMB	Intervenes de reabilitao das areas com risco de erosao	Nº	CMB - GF			
	Atividades Perigosas	Minimizar a exposao ao risco de explosao		Nº de estabelecimentos com risco de explosao	Nº	CMB	Nº de estabelecimentos com risco de explosao	Nº	CMB			
Areas urbanizaveis inseridas num raio de 200m ao estabelecimento				ha	CMB	Novas edificaoes inseridas num raio de 200m ao estabelecimento	Nº	CMB				

Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida

Quadro 6 - Indicadores de Monitorização para o FCD Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte	
VI - Ambiente, Lazer e Qualidade de Vida	Atmosfera	Redução das Emissões de GEE	Veículos de transporte coletivo elétricos e a gás	Nº	IMTT/ TUB	Veículos de transporte coletivo elétricos e a gás	Nº	IMTT/ TUB	
			Estações de abastecimento para carros elétricos	Nº	CMB	Estações de abastecimento para carros elétricos	Nº	CMB	
			Relação Utilizadores de transporte público/ transporte privado	%	IMTT/ TUB/ ARRIVA/REFER/ Outras	Utilizadores de transporte público/privado	%	IMTT/ TUB/ ARRIVA/REFER/ Outras	
		Gestão da Área Florestal	Área de Espaço Florestal classificado em PDM	ha	CMB	Varição da área de espaço florestal	%	CMB	
						Área rearborizada	%	CMB	
		Gestão de resíduos e eficiência energética	Eficientes rotas de recolha	Lucro por rota de recolha seletiva	€/Rota	BRAVAL	Lucro por rota de recolha seletiva	€/Rota	BRAVAL
	Lucro por rota de recolha de indiferenciados			€/Rota	BRAVAL	Lucro por rota de recolha de indiferenciados	€/Rota	BRAVAL	
	Energias Alternativas		Edifícios com instalação de painéis	Nº	M.E./CMB	Edifícios com instalação de painéis	Nº	M.E./CMB	
			KW produzidos no concelho e vendidos à Rede	%	M.E. / EDP	KW produzidos no concelho e vendidos à Rede	%	M.E. / EDP	
	Satisfação da população		Satisfação quanto à periodicidade e métodos de recolha de resíduos (inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB	Satisfação quanto à periodicidade e métodos de recolha de resíduos (inquéritos)	Elevado/Médio/Baixo	CMB	
			Percurso de Recolha: diária, de dois em dois dias e semanal	Km	BRAVAL	Km com recolha diária	Km	BRAVAL	
	Ruído	Minimizar o ruído ambiente	Elaboração do Mapa do ruído	S/N	CMB	Varição da população afetada pelo ruído	%	CMB	
			Quantificação de áreas urbana sujeita a níveis elevados de ruído	ha	CMB	Planos Municipais de redução do ruído	Nº	CMB	
			População sujeita a níveis elevados de ruído		Nº	CMB	Vias com pavimento acústico	Km	CMB
							Barreiras acústicas	Km	CMB



BRAGA
MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

(CONCLUSÃO)

FCD	Crítérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores do processo	Unidade Medida	Fonte	Indicadores de monitorização	Unidade Medida	Fonte
	Gestão, abastecimento, tratamento e qualidade da água	Eficiência da rede	Taxa de cobertura das redes de abastecimento de água e saneamento	%	AGERE	Varição da Taxa de cobertura das redes de abastecimento de água e saneamento	%	CMB/ AGERE
			Perdas na rede	m ³	AGERE	Água produzida e não faturada (perdas na rede)	m ³	AGERE
			Parâmetros de qualidade da água no consumidor final	Elevado/Médio/Baixo	AGERE	Monitorização da qualidade de água	Elevado/Médio/Baixo	AGERE
			ETAR'S construídas até 2011	Nº	AGERE	Construções/ Beneficiações realizadas em ETAR'S	Nº	AGERE
	Espaços de Utilização Coletiva	Aumentar e estruturar em rede os espaços verdes de utilização coletiva	Área de espaços Verdes/Área do concelho	%	CMB	Varição Área de espaços Verdes/Área do Concelho	%	CMB
			Espaços verdes integrados/Total de espaços verdes	%	CMB	Loteamentos cujo espaço verde está concentrado/contíguo	%	CMB
	Equipamentos	Melhoria das condições para a prática desportiva	Relação Tipo de equipamento/faixa etária da população	%	CMB	Varição da taxa de utilização efetiva	%	CMB
			Intervenções ao nível da acessibilidade, do espaço envolvente ao equipamento e no próprio equipamento	Nº	CMB	Novas intervenções ao nível da acessibilidade, do espaço envolvente ao equipamento e no próprio equipamento	Nº	CMB
		Gestão de equipamentos	Taxa de cobertura (Relação Nº de equipamentos/população freguesia)	%	CMB	Varição da taxa de cobertura (Relação Nº de equipamentos/população freguesia)	%	CMB
			Taxa de utilização efetiva	%	CMB/ J.F.	Varição da relação Tipo de equipamento/faixa etária da população	%	CMB/ J.F.



BRAGA

MUNICÍPIO

VEREACÃO DE PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E URBANISMO
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

3| ANEXOS – PARECERES